

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

**2019**

**DENOMINAÇÃO:** CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE

**MORADA:** Rua da Escola

**N. 185      ANDAR:** R/C      **LOCALIDADE** Santa Marinha do Zêzere

**FREGUESIA** Santa Marinha do Zêzere

**CONCELHO** Baião

**COD. POSTAL** 4640 - 465

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**  
\_\_\_\_\_

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZEZERE  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 505943875

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	299.525,80	309.863,34
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.14	2.106,84	1.474,51
		301.632,64	311.337,85
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	20,96	19,47
Créditos a receber	12.1	2.452,80	1.434,05
Estado e outros entes públicos	12.7	1.124,76	1.526,19
Diferimentos	12.3	678,93	931,59
Outros ativos correntes	12.2	1.037,61	3.646,89
Caixa e depósitos bancários	12.4	6.398,56	26.604,04
		11.713,62	34.162,23
<b>Total do ativo</b>		313.346,26	345.500,08
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12.5	7.128,00	7.128,00
Resultados transitados	12.5	17.901,11	35.773,40
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	214.871,33	221.644,40
		239.900,44	264.545,80
Resultado líquido do período		-24.380,06	-17.872,29
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		215.520,38	246.673,51
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	36.613,49	41.502,90
		36.613,49	41.502,90
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.6	35.561,00	13.296,18
Estado e outros entes públicos	12.7	4.699,03	2.825,78
Diferimentos		0,00	3.135,36
Outros passivos correntes	12.8	20.952,36	38.066,35
		61.212,39	57.323,67
<b>Total do passivo</b>		97.825,88	98.826,57
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		313.346,26	345.500,08

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZEZERE  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte 505943875

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.019	2.018
Vendas e serviços prestados	8	34.094,87	27.379,45
Subsídios, doações e legados à exploração	12.9	173.326,87	179.598,42
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-2.080,07	-11.551,61
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-55.805,54	-52.474,51
Gastos com o pessoal	10	-174.764,17	-156.469,16
Aumentos/reduções de justo valor	12.15	0,89	2,37
Outros rendimentos	12.11	12.389,07	8.008,78
Outros gastos	12.12	-279,68	-807,42
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-13.117,76</b>	<b>-6.313,68</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-10.782,93	-10.960,78
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-23.900,69</b>	<b>-17.274,46</b>
Gastos de financiamento	12.13	-479,37	-597,83
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-24.380,06</b>	<b>-17.872,29</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-24.380,06</b>	<b>-17.872,29</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZEZERE**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		33.076,12	27.284,95
Pagamentos a fornecedores		-46.020,40	-52.859,08
Pagamentos ao pessoal		-123.916,84	-93.612,35
Caixa gerada pelas operações		-136.861,12	-119.186,48
Outros recebimentos/pagamentos		122.451,92	125.643,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-14.409,20	6.456,80
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-135,00	-562,80
Investimentos financeiros		-675,68	-629,91
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		44,39	159,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-766,29	-1.033,68
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	11.825,00
Doações		338,79	1.184,37
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-4.889,41	-4.771,57
Juros e gastos similares		-479,37	-597,83
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-5.029,99	7.639,97
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-20.205,48	13.063,09
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.604,04	13.540,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.398,56	26.604,04

A Direcção

G Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZEZERE  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 505943875

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Serviço de Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
				2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	22.784,37	11.310,50	34.094,87	27.379,45
Custo das vendas e dos serviços prestados	7, 10 e 12.10	-146.020,53	-55.837,48	-201.858,01	-188.373,66
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-123.236,16</b>	<b>-44.526,98</b>	<b>-167.763,14</b>	<b>-160.994,21</b>
ISS, IP - Centro Distrital	9	114.844,68	50.690,44	165.535,12	159.387,26
Outros Rendimentos	12.9, 12.11 e 12.15	13.792,12	6.389,59	20.181,71	28.222,31
Gastos administrativos	5, 12.10 e 12.12	-25.753,01	-15.821,69	-41.574,70	-43.238,40
Outros Gastos	12.12	-187,96	-91,72	-279,68	-651,42
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-20.540,33</b>	<b>-3.360,36</b>	<b>-23.900,69</b>	<b>-17.274,46</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	12.13	-321,18	-158,19	-479,37	-597,83
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-20.861,51</b>	<b>-3.518,55</b>	<b>-24.380,06</b>	<b>-17.872,29</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-20.861,51</b>	<b>-3.518,55</b>	<b>-24.380,06</b>	<b>-17.872,29</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE  
SANTA MARINHA DO ZÊZERE**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2019**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	10
5	Ativos Intangíveis.....	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
7	Inventários.....	12
8	Rédito.....	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
10	Benefícios dos empregados.....	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	14
12	Outras Informações .....	14
12.1	Créditos a receber.....	14
12.2	Outros ativos correntes .....	14
12.3	Diferimentos .....	15
12.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
12.5	Fundos Patrimoniais .....	15
12.6	Fornecedores .....	15
12.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	16
12.8	Outros passivos correntes .....	16
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
12.10	Fornecimentos e serviços externos .....	17
12.11	Outros rendimentos.....	17
12.12	Outros gastos.....	17
12.13	Resultados Financeiros .....	17
12.14	Investimentos Financeiros .....	18
12.15	Aumentos/reduções de justo valor .....	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	18
12.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	18

## **1 Identificação da Entidade**

O Centro Social e Paroquial de Santa Marinha do Zêzere é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com os estatutos publicados no Diário da Republica, Serie III, nº 47 de 25 de fevereiro de 2003.

Tem sede na Rua da Escola, freguesia de Santa Marinha do Zêzere, no concelho de Baião.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



**3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

**3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

**3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem

maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

### **3.2.5 Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### **3.2.6 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.8 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## **4 Ativos Fixos Tangíveis**

---

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Terrenos para Construção	18.000,00				18.000,00
Edifícios e Outras Construções	352.043,88				352.043,88
Equipamento Básico	76.373,45	445,39			76.818,84
Equipamento de Transporte	40.324,87				40.324,87
Equipamento Administrativo	3.376,50				3.376,50
Outros Activos Fixos Tangíveis	409,50				409,50
<b>Activo Tangível Bruto</b>	<b>490.528,20</b>	<b>445,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>490.973,59</b>
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	70.408,80	7.040,88			77.449,68
Equipamento Básico	74.564,44	560,96			75.125,40
Equipamento de Transporte	33.241,54	2.680,00			35.921,54
Equipamento Administrativo	2.040,58	501,09			2.541,67
Outros Activos Fixos Tangíveis	409,50				409,50
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>180.664,86</b>	<b>10.782,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>191.447,79</b>
<b>Activo Tangível Líquido</b>	<b>309.863,34</b>	<b>-10.337,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>299.525,80</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Programas de Computador	1.352,75				1.352,75
<b>Activo Intangível Bruto</b>	<b>1.352,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.352,75</b>
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	1.352,75	0,00			1.352,75
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>1.352,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.352,75</b>
<b>Activo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	17.176,45	17.176,45	0,00	22.065,86	22.065,86
Outros Empréstimos	0,00	19.437,04	19.437,04	0,00	19.437,04	19.437,04
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>36.613,49</b>	<b>36.613,49</b>	<b>0,00</b>	<b>41.502,90</b>	<b>41.502,90</b>



## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20,96	19,47
<b>Total</b>	<b>20,96</b>	<b>19,47</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2019	2018
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	19,47	221,14
Compras	2.081,56	8.781,47
Doações	0,00	2.568,47
Saldo Final	20,96	19,47
<b>Gastos do Período</b>	<b>2.080,07</b>	<b>11.551,61</b>

## 8 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas do Utilizadores	34.094,87	27.379,45
<b>Total</b>	<b>34.094,87</b>	<b>27.379,45</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019			2018			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00		165.535,12	0,00		159.387,26
ISS, IP - PARES	Não Reembolsável	154.440,00		3.960,00	158.400,00		3.960,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00		4.924,46	0,00		14.910,29
Câmara Municipal Baião (Viatura)	Não Reembolsável	1.408,33		1.300,00	2.708,33		1.300,00
Câmara Municipal Baião (Edifício)	Não Reembolsável	58.500,00		1.500,00	60.000,00		1.500,00
Câmara Municipal Baião	Não Reembolsável	0,00		1.581,00	0,00		1.118,03
Junta Freguesia Santa Marinha Zezere	Não Reembolsável	0,00		200,00	0,00		0,00
Junta Freguesia de Frende	Não Reembolsável	0,00		732,50	0,00		0,00
<b>Total</b>		<b>214.348,33</b>	<b>0,00</b>	<b>179.733,08</b>	<b>221.108,33</b>	<b>0,00</b>	<b>182.175,58</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de 8 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2019 e 2018. No entanto, em Julho deste ano, tomaram posse novos elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2019 foi de 15 e em 2018 foi de 12.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	138.267,61	117.906,08
Indemnizações	156,00	11.987,37
Encargos sobre as Remunerações	29.893,24	18.408,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.328,44	1.869,97
Outros Gastos com o Pessoal	437,48	429,96
IEFP	2.681,40	5.866,97
<b>Total</b>	<b>174.764,17</b>	<b>156.469,16</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	2.452,80	1.434,05
<b>Total</b>	<b>2.452,80</b>	<b>1.434,05</b>

### 12.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
<b>Fornecedores</b>	<b>216,00</b>	<b>121,54</b>
Adiantamentos a fornecedores	216,00	121,54
<b>Outra Contas a Receber</b>	<b>821,61</b>	<b>3.525,35</b>
Entidades do Sector Publico Administrativo	821,61	3.525,35
<b>Total</b>	<b>1.037,61</b>	<b>3.646,89</b>

### 12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	678,93	931,59
<b>Total</b>	<b>678,93</b>	<b>931,59</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Programas - IEFP	0,00	3.135,36
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3.135,36</b>

### 12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	2,26	4.504,71
Depósitos à Ordem	6.396,30	22.099,33
<b>Total</b>	<b>6.398,56</b>	<b>26.604,04</b>

### 12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	7.128,00			7.128,00
Resultados Transitados	35.773,40	0,00	17.872,29	17.901,11
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	221.644,40	0,00	6.773,07	214.871,33
<b>Total</b>	<b>264.545,80</b>	<b>0,00</b>	<b>24.645,36</b>	<b>239.900,44</b>

### 12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Fornecedores c/c</b>		
Fornecedores	35.561,00	13.296,18
<b>Total</b>	<b>35.561,00</b>	<b>13.296,18</b>

### 12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Activo</b>		
IVA - A Recuperar	1.124,76	1.526,19
<b>Total</b>	<b>1.124,76</b>	<b>1.526,19</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte - IRS	833,00	480,00
Segurança Social	3.811,28	2.291,17
FCT e FGCT	54,75	54,61
<b>Total</b>	<b>4.699,03</b>	<b>2.825,78</b>

### 12.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Fornecedores de investimentos</b>	<b>356,32</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores de investimentos c/c	356,32	0,00
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>7.396,70</b>
Remunerações a pagar	0,00	7.396,70
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>	<b>20.596,04</b>	<b>29.102,49</b>
Remunerações a Liquidar	19.964,25	28.589,15
Outras despesas diferidas	631,79	513,34
<b>Entidades do Sector Publico Administrativo</b>	<b>0,00</b>	<b>1.567,16</b>
Reposição Dotação	0,00	1.567,16
<b>Total</b>	<b>20.952,36</b>	<b>38.066,35</b>

### 12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	172.973,08	175.415,58
Doações e heranças	353,79	4.182,84
<b>Total</b>	<b>173.326,87</b>	<b>179.598,42</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

**12.10 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	25.013,77	20.352,89
Serviços especializados	10.711,31	8.196,67
Materiais	956,97	1.230,16
Energia e fluídos	13.726,07	15.089,27
Deslocações, estadas e transportes	0,00	128,52
Serviços diversos	4.425,37	6.972,49
Encargos com Utentes	972,05	504,51
<b>Total</b>	<b>55.805,54</b>	<b>52.474,51</b>

**12.11 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos suplementares	600,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,06
Outros	11.789,07	8.008,72
<b>Total</b>	<b>12.389,07</b>	<b>8.008,78</b>

**12.12 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Outros Gastos</b>		
Impostos	164,52	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	156,00
Outros Gastos e Perdas	115,16	651,42
<b>Total</b>	<b>279,68</b>	<b>807,42</b>

**12.13 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros de financiamentos	479,37	597,83
<b>Total</b>	<b>479,37</b>	<b>597,83</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-479,37</b>	<b>-597,83</b>

**12.14 Investimentos Financeiros**

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
FCT	2106,84	1474,51
<b>Total</b>	<b>2.106,84</b>	<b>1.474,51</b>

**12.15 Aumentos/reduções de justo valor**

A rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Aumentos por reduções de justo valor</b>		
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	0,89	2,37
<b>Total</b>	<b>0,89</b>	<b>2,37</b>

**12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Creche: 36
- Serviço de Apoio Domiciliário: 16

**12.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Marinha do Zêzere, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção

\_\_\_\_\_